



SERPAJ/BRASIL

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

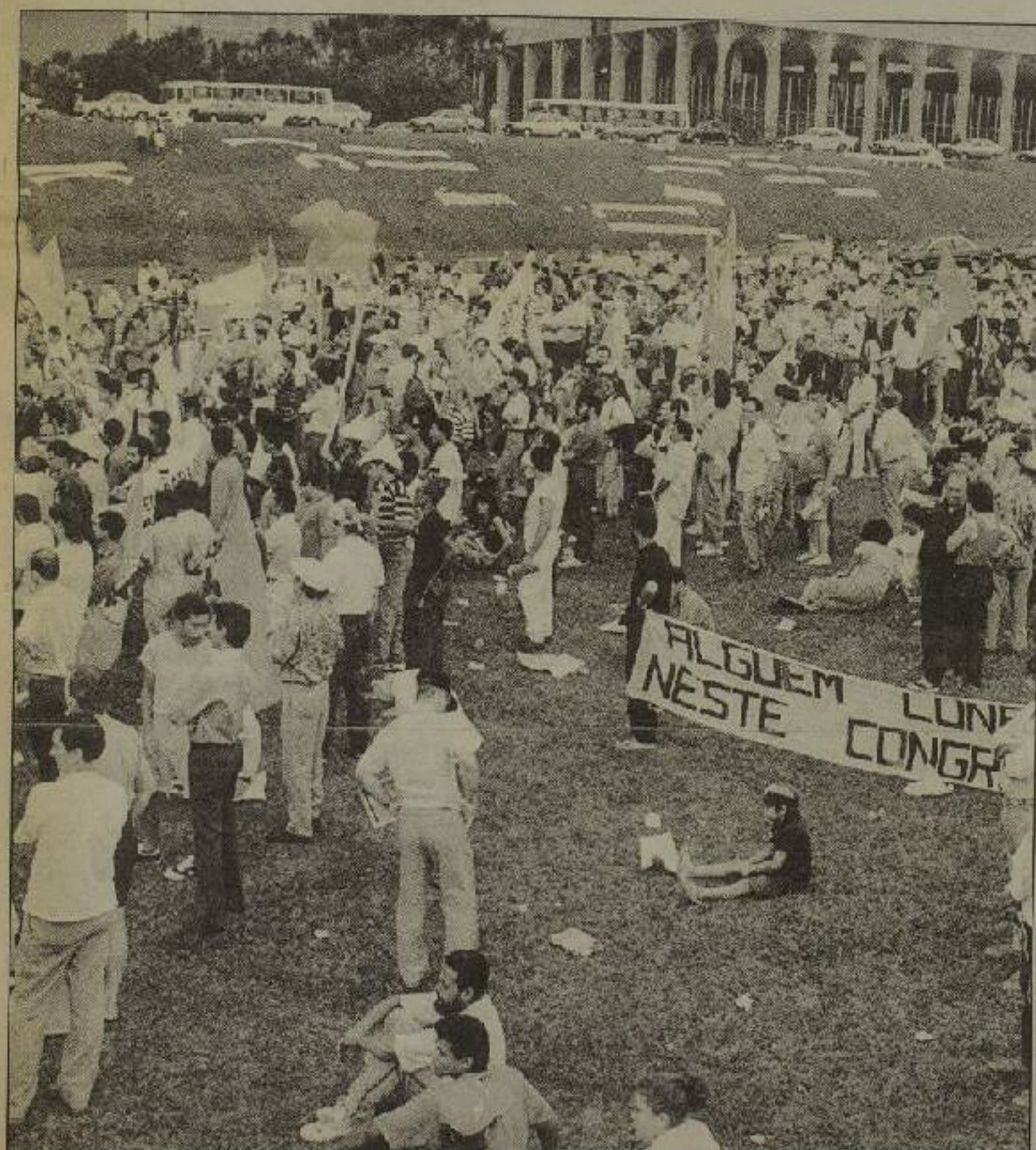
ANO XIII

Nº 24

Fevereiro/94

Órgão Informativo do SERPAJ/Brasil

REVISÃO AMEAÇA CONQUISTAS SOCIAIS



Ato do Movimento Nacional Contra a Revisão Constitucional

EDITORIAL

O ano de 1994 nos mostra, pelo menos nos primeiros meses, não ser distinto do ano que passou. Há fatos conjuntivos significativos que ilustram uma semelhança e uma continuidade de da tradicional ordem política.

Aprovada pelos parlamentares mais conservadores do Congresso em 1993, iniciou em fevereiro e demonstrou sua ligação com os grupos econômicos. Só foram votados assuntos que favoreciam as propostas do Executivo e do Empresariado. O que se pretendia é a modificação quase total da principal lei do país, com o objetivo de fortalecer um sistema político elitista e discriminatório. O espaço e as leis conquistados pelas setores populares nos últimos anos correm o risco de serem esmagados com a revisão de leis importantes como a licença maternidade, a estabilidade no emprego, a livre exploração do sub-solo, das terras indígenas, etc.

Prova de que a revisão é um jogo sujo está no fato de que os revisionistas são os mesmos que corrompem, roubam, desviam e saqueiam o Congresso e o Estado. A CPI do orçamento escandaliza a sociedade através das apurações e descobertas de corrupção. Milhões de dólares saqueados da nação servem para pequenas minorias.

O movimento político popular contrário a esta prática revisionista e corrupta demonstra que o processo atual é ilegítimo e sem apoio social. Organizações como a CUL, Movimentos Populares e Partidos de Pequenos não concordam com a situação atual vivenciada dentro do Congresso. Vários atos foram realizados no sentido de impedir, protestar e tentar reverter o atual quadro político do país. Portanto, é necessário que toda a sociedade se conscientize e participe das manifestações contra esta situação.

Caso a corrupção e o jogo político contrário aos interesses da maioria da população brasileira permanecerem, chegaremos a uma situação de conflito real, com o acirramento das "explosões sociais", como vem demonstrando os acontecimentos atuais na América Latina.



Ação Contrária à Revisão

O Movimento Contra a Revisão, formado por cem parlamentares e entidades da sociedade civil, continua lutando para impedir a revisão. Está realizando várias manifestações para denunciar mais este golpe contra a sociedade brasileira.

A revisão só teve início, na primeira semana de fevereiro, por causa de um acordo entre o governo e os partidos conservadores. O governo quis a todo custo aprovar o Fundo Social de Emergência (FSE), paliativo para combater a inflação, e os conservadores encontraram uma forma de pressionar o Executivo a refazer o seu plano orçamentário para 94 - beneficiando as suas companhias eleitorais.

Além disso, os lobbies dos grandes empresários aumentaram e vão intervir consideravelmente no processo de revisão. Vale ressaltar que o relator da revisão, Nelson Jobim, tem fortes ligações com os empresários e, sem dúvida, seu relatório não deixará de contemplar o que estes

setores desejam - privatização, maior abertura do mercado para o capital estrangeiro, redução das terras indígenas, fim da estabilidade para funcionário público e fim da aposentadoria, entre outras.

A promessa do procurador-geral da República Aristide Junqueira de entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a promulgação imediata do FSE trouxe nova luz para os contra. Acontece que, segundo Junqueira, não se pode fazer a revisão por etapas e por aprovação de emendas por emendas, como foi o caso do FSE.

Para o procurador, a única forma de se impedir sua ação é o Congresso encerrar a revisão em 15 de março sem prorrogar o prazo. Segundo sua interpretação, o artigo 3º da Constituição não prevê a revisão por etapas. Caso isso seja feito, corre-se o risco, segundo Aristide, de tornar a revisão um processo infinito.

Escândalo e Revisão

As disposições transitórias da Constituição Federal de 1988 prevêm uma revisão constitucional a ser realizada "após cinco anos, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral" (Artigo 3).

Entidades detentoras da maior credibilidade perante a opinião pública, a Pró-Central dos Movimentos Populares e os partidos mais afinados com os interesses populares vêm conduzindo uma campanha aberta e vigorosa contra esta revisão, embasados em razões jurídicas, políticas e, sobretudo, éticas.

povo jamais delegou aos atuais congressistas poderes tão amplos.

RAZÕES POLÍTICAS

Por trás da pressa revisionista está também o medo do futuro. Tudo indica que, nas próximas eleições, o povo optará por um governo de centro-esquerda. A burguesia, apavorada, quer deixar pronta uma Constituição que tornaria inviável as reformas profundas de que o Brasil necessita para tirar o povo da miséria.

RAZÕES ÉTICAS

O momento ético que atravessamos é de extrema gravidade. Quando já se apagavam as luzes sobre o Collor-PC, fadado, como tantos, à impunidade e ao esquecimento, explode o mar de lama que envolve o Congresso no escândalo do orçamento.

Felizmente o escândalo explodiu em boa hora. A CPI do orçamento está levantando uma farta documentação que indica, com todas as letras, que nesse Congresso não há clima ético para uma revisão ampla da Constituição, como a direita pretendia. Tudo faz supor que, para salvar a cara, haverá uma "revisionista" de proporções muito limitadas.

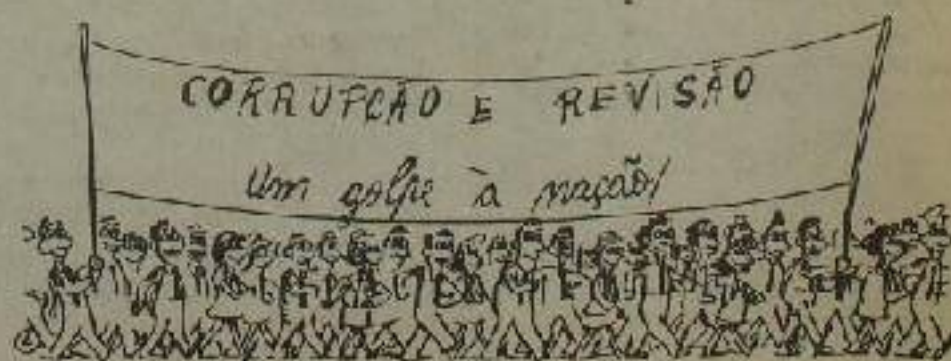
Mesmo assim, por ser ilegal desde a sua implantação, por ser contra o povo e, em certo sentido, até golpista, é forçoso dar razão a um parlamentar, que declarou abertamente: "essa revisão é um estupro contra a constituição".

RAZÕES JURÍDICAS

O citado artigo 3, das disposições transitórias, que prevê a revisão, deve ser lido à luz do artigo 2, que estabeleceu um plebiscito pelo qual o eleitorado definirá "a forma e o sistema de governo que devem vigorar no país".

Essa revisão só seria cabível se o plebiscito, que se realizou em 21 de abril de 1993, tivesse alterado a forma de governo, o que não aconteceu porque o povo optou por manter a mesma estrutura política do país.

Outro argumento contra a proposta de revisão geral da Carta Constitucional é a questão da legitimidade do Congresso. Uma revisão deste porte afetará a vida da maioria do povo brasileiro, podendo até ferir direitos políticos e sociais que o povo conquistou à duras penas. Essa decola é exigência do FMI e da política neo-liberal que domina atualmente o mundo. Ora, o



MULHER

Nos últimos anos, vários grupos de mulheres de diversas partes do mundo têm desenvolvido reflexões e impulsionado ações pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Como resultado dessas reflexões, formulou-se uma proposta de reconstrução da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo art. 1º - 1º diz: "Todos os seres humanos, mulheres e homens, nascem livres e iguais em valor, dignidade e direitos. São dotados de sentimentos, razão e consciência, devendo reconhecer a solidariedade como princípio fundamental da convivência humana".

Esta foi uma importante contribuição à Declaração Universal dos Direitos Humanos, devido à urgente necessidade da reconstrução da mulher enquanto ser pensante, diferente e não desigual, isto porque a participação efetiva da mulher é fundamental para que ocorram transformações reais.

O SERPAJ tem um expressivo número de militantes mulheres, que têm dado importante contribuição para a organização da entidade. Apesar disto, existem ainda muitas discriminações e preconceitos, havendo necessidade de que mulheres e homens tenham um espaço próprio, onde possam se encontrar, avaliar suas dificuldades, discutir seus problemas e apresentar alternativas de luta respeitando as características próprias de cada gênero.

Neste sentido o SERPAJ está abrindo este espaço para que todas as companheiras e companheiros possam participar, divulgar e denunciar todos os tipos de discriminações cometidas contra a mulher.

SE TUDO ANIMAL
INSPIRA SEMPRE TERNURA,
O QUE HOOVE
ENTÃO, COM OS HOMENS?

Guimarães Rosa

Repressão como nos velhos tempos

Membros do SERPAJ de Itaquaquecetuba, que trabalhando com o MST/urbano da Região Leste de São Paulo, realizaram no dia 22 de novembro de 93 uma passeata pelas ruas de Poá, com o objetivo de reivindicar as moradias prometidas pelo prefeito Sr. Eduardo Carlos Felipe à população sem terra. Depois de muita discussão, inclusive envolvendo a polícia militar, que esteve presente para controlar a passeata, não houve acordo. O MST/urbano escolheu uma comissão para negociar junto ao Secretário de Habitação, Sr. Arnaldo Jacim, a assinatura de um convênio para construção de casas no sistema de mutirão.

Finalmente, houve uma assembleia, com a participação de 3.500 pessoas, para a assinatura do acordo do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano) com a população sem moradia.

Estiveram presentes os presidentes dos movimentos organizados da Região Leste de São Paulo (SERPAJ, ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, LIDERANÇAS DO MST) Vereadores e Prefeitos.

Apesar deste acordo, no dia 28/12/93, o destacamento policial da cidade invadiu sem mandado judicial o casarão onde funciona a sede do grupo do SERPAJ, do PSB, da Associação de Moradores, do MST/urbano e a Farmácia Comunitária. Os arquivos dessas entidades foram confiscados e 13 pessoas, entre militantes e diretores dessas organizações foram detidos. Ficaram detidos nove companheiros, sob a acusação infundada de tráfico de drogas até o dia 09/02/94, uma vez que os remédios encontrados na Farmácia foram assim considerados.

Os remédios que abastecem a Farmácia comunitária provêm da Assistência Social do Estado de São Paulo e só atende a casos de doenças crônicas. São



remédios antigripais, xarope, fortificantes e ainda assim só entregues à população mediante apresentação de receita médica. Percebemos, portanto, que a intenção foi tão somente desarticular uma força popular ativa, que estava alcançando melhorias para o povo através de organização e pressão junto às autoridades.

Com este ato arbitrário cometido pela polícia de Itaquaquecetuba podemos constatar com clareza uma brutal ação política repressiva, nos moldes e estilo da velha ditadura, incompatível com o clima democrático vigente.

É repugnante vermos

o país de família serem presos injustamente por lutarem por uma moradia, enquanto a CPI do Orçamento revela diariamente atrocidades cometidas pelos parlamentares, e que ficam sem punição alguma. Vemos esta impunidade como um atentado à democracia e uma violação explícita aos Direitos Humanos.

Indignados, repudiamos este ato repressivo e pedimos que os responsáveis pelo caso sejam julgados e punidos de acordo com a lei. Caso contrário, fica registrado mais um ato impune de atrocidade e desrespeito ao povo brasileiro cometido pelos que estão no poder político do país.

A partir da realidade em que se encontra a classe trabalhadora, no enfrentamento direto tanto na área sindical como nos movimentos populares, é compromisso da luta não-violenta ser eficiente na transformação social e política.

Com a educação popular criaremos "áreas liberadas" conhecedoras da não-violência, dentro do próprio sistema de exploração vigente, buscando quebrar sua resistência. Ao mesmo tempo, construiremos os pilares de sustentação da sociedade socialista que queremos.

Nossa proposta significa uma prática crítica e democrática, de tal forma que motive a participação da população, rompendo com toda prática de poucos "iluminados", que certamente estarão impondo de cima para baixo as suas ideias.

A entidade, entre outras linhas de ação, trabalha com a educação popular por entender que a conscientização e a conquista da justiça passam pela educação do povo. A educação popular aborda temas que normalmente a população não os conhece criticamente. A partir do momento em que ela conscientizar-se deles poderá assumir compromissos mais participativos, invia-

bilizando que a classe dominante usufrua do poder sem o mínimo de contestação.

O atual processo de educação/formação recebida pelas pessoas significa uma prática tradicional de manutenção da ordem estabelecida, adaptando as pessoas ao sistema e tornando-as passivas às imposições dos "donos do poder". Esta educação é iniciada na família, passando pela Igreja, pela escola, pelo trabalho e chegando até o âmbito mais amplo da sociedade. Está presente inclusive nos sindicatos, nas organizações populares, nos partidos políticos. Ela é responsável pela manutenção de pessoas obedientes, acomodadas, competitivas e ego-cêntricas e reforça decisivamente a ocorrência de conflitos, de disputas e de guerras.

Diante disto, é urgente a criação de alternativas que despertem nas pessoas o senso crítico, o compromisso com o outro, com a participação, com a busca de soluções, num processo amplo e envolvente de educação para a paz, que tenha atuação em diversas áreas, não se diluindo no meio delas, mas sendo reforçado e identificado como característica própria da entidade.

A não-v e a educaç

Poi o tema do 3º LABORATÓRIO DE NÃO-VIOLENCIA realizado durante o mês de janeiro passado, em Brasília, com a participação de 16 membros regionais do SERPAJ. A seguir algumas considerações sobre estes laboratórios:

O SERPAJ/Brasil, enquanto organização não-violenta, tem como papel fundamental aprofundar e apresentar alternativas reais de luta revolucionária para a transformação social. A não-violência é uma arma eficaz na medida em que estiver bem clara, pelo

menos por um grande grupo de lideranças.

Surge constantemente a possibilidade de criação de novas compreensões, fruto dos trabalhos realizados dentro das organizações populares, que precisam ser sistematizadas e teorizadas para que não se percam.

Neste sentido, a experiência de estudo e prática denominada Laboratório de Não-Violência consiste na formação de quadros organizadores de ações concretas, não-violentas, populares e revolucionárias. Tem como

Trabalhos p

SÃO PAULO

O grupo de Ferraz Vasconcelos, representado por Raimundo Calixto, conta com seis militantes que desempenham um trabalho juntamente com o MST/urbano por melhores condições de moradia e vida digna, na construção de casas populares em mutirão.

Além desse trabalho o grupo dá assistência jurídica aos presos, conscientizando-os dos seus direitos. Igualmente, acompanhou a reformulação do Estatuto do Menor e Adolescente onde o grupo se propunha fazer valer o mesmo.

RIO VERDE

O grupo de Rio Verde, representado por Eulálio Caetano, está em formação e conta com 20 militantes. Este já vem discutindo o tema da Objeção de Consciência e tem o objetivo de iniciar este ano um trabalho de Educação Popular através da alfabetização de adultos.

FERRAZ

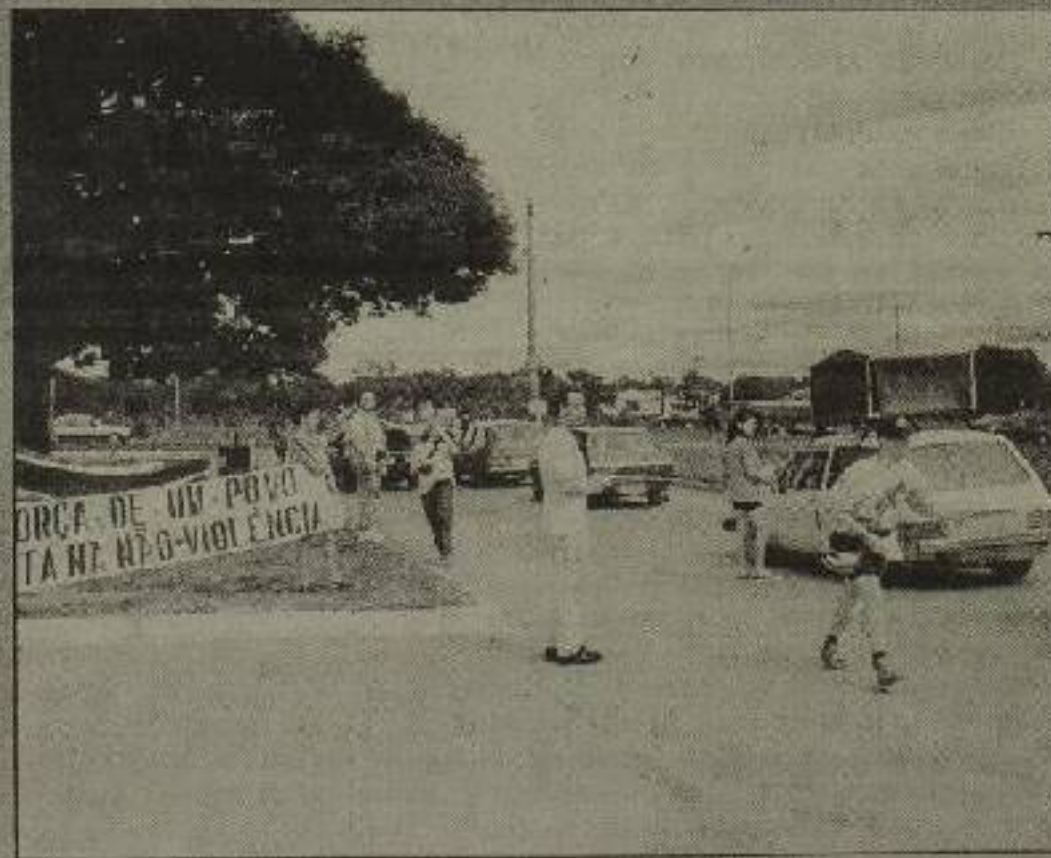
O grupo do Pedregal, representado por Guia Nascimento e Rita de Cássia, conta com 12 militantes. Desenvolve, desde 1989, um trabalho de Alfabetização de Jovens e Adultos, que tem resultado na maior divulgação do SERPAJ.

Além da alfabetização o grupo, todos os anos, realiza Campanhas de Desarmamento e de Objeção de Consciência.

GANÁ

O grupo do Gama, representado por Ângela Stangerlin, Norberto Chamin e Mª da Penha, é composto por 6 militantes e aproximadamente 15 simpatizantes. Estes participam assiduamente das atividades propostas pelo grupo.

Atua na Alfabetização de Jovens e Adultos no Gama, num bairro muito pobre e violento. Realiza trabalhos com crianças a partir do tema de desarmamento, seminários de Objeção de Con-



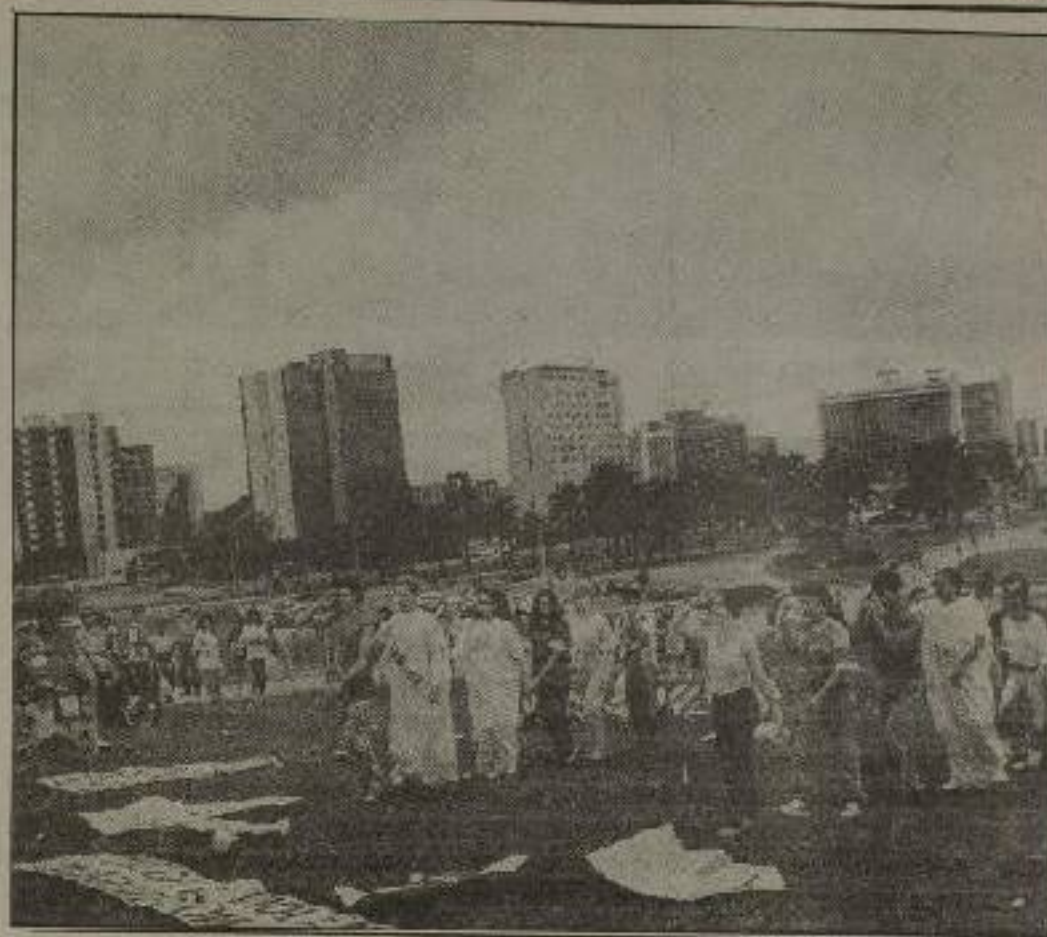
PEDÁGO FEITO PELOS PARTICIPANTES DO CURSO "A NÃO-VIOLENCIA E A EDUCAÇÃO POPULAR" COM O OBJETIVO DE DIVULGAR A NÃO-VIOLENCIA E DESENVOLVER A AUTO-ADMINISTRAÇÃO BUSCANDO ALTERNATIVAS FINANCEIRAS.

Violência ação popular

objetivo aprofundar as práticas conhecidas, tornando-as cada vez mais eficazes e reais. Este é um espaço de estudo, de pesquisa, de auto-administração dos recursos, de trabalhos coletivos, de produção e do serviço. Além disto, o grupo assume a elaboração de projetos para a continuação do laboratório como extensão do mesmo, tanto a nível nacional, na continuação e criação de novos grupos, como a nível regional, envolvendo um número cada vez maior de

militantes não-violentos. Um resultado significativo é a aprendizagem realizada com a elaboração da MEMÓRIA do laboratório, ou seja, a produção constante de avaliações e de relatórios dos trabalhos.

Cada integrante é responsável, a partir do primeiro dia, pela efetivação do laboratório, desenvolvendo técnicas e experiências de busca de igualdade, participação, descentralização de poder, resolução de conflitos e vivência coletiva e auto-gestionária.



APRESENTAÇÃO TEATRAL EM BRASÍLIA ENFOCANDO A DESMILITARIZAÇÃO, OS GASTOS MILITARES E A OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA COMO UMA ALTERNATIVA DE CONFRONTO E ELIMINAÇÃO DO MILITARISMO E DE SUAS CAUSAS.

populares dos participantes

ciência, distribui o jornal da entidade nas escolas do Gama e este ano está com um projeto de construção de uma Escola da Paz.

SOSSEGO

Composto por 8 membros e representado por Euzelito do Melo e José I. Souto, o grupo trabalha com a conscientização dos seus integrantes sobre a não-violência e a entidade. Discutem com os alunos os temas: mulher, desarmamento, objeção de consciência, dinâmicas de cooperação e outros. Atualmente está com os projetos de construção de um poço artesiano e de Alfabetização de Adultos.

MANAUS

O grupo é composto por 11 membros que atuam em manifestações populares, na assessoria às associações de moradores e em ocupações em vilas e na conquista de novos membros para o grupo. Também realiza trabalho de conscientização contra as

violências praticadas pelas "galeras" (estupro, assassinatos, assaltos). Seu representante no laboratório foi o Saul.

RONDON

O grupo de Rondon, representado por Fátima Moura, tem 12 pessoas. Desenvolve trabalhos de divulgação da entidade, campanha sobre desarmamento, curso de capacitação de professores. O grupo atua na Comissão Municipal de Saúde e no Conselho do Menor e no Comitê Contra a Fome e a Miséria.

MARABÁ

O Grupo contou com a representação de Giselda Coelho e Toni Dias e é composto por nove membros que desenvolvem os seguintes trabalhos: oficina de serigrafia, trabalhos artesanais, Movimento com mulheres, trabalhos com crianças e adolescentes de rua e realização de atos públicos contra a violência policial. Durante o mês de fevereiro-

94 realizou uma Conferência municipal de Não-Violência.

TEIXEIRA DE FREITAS

O grupo é composto por 16 membros e esteve representado por Janete Lopes. Desenvolve campanhas para arrecadar roupas e alimentos para os pobres, campanhas de Educação para a paz, tentativa de entrar no conselho tutelar do menor, trabalho com mulheres, medicina popular, AIDS, comida alternativa, apoio ao MST de Itamarajú, assistência aos assentados, campanha pelo desarmamento. O grupo fundou a Escola da Paz onde desenvolve um trabalho de alfabetização dos filhos de prostitutas e dos demais moradores do bairro.

GENIBAÓ

O grupo é composto por 6 membros e esteve representado por Diana Oliveira. Tem um trabalho de educação para a paz numa escola construída pela própria comunidade. Elabora mensal-

mente uma matéria sobre o SERPAJ para o jornal do grupo de jovens local. Conscientiza a população do bairro através do teatro popular.

SÃO LEOPOLDO

É composto por 15 membros e esteve representado por Sinara Berner. O grupo promove debates na faculdade de Teologia e conseguiu um espaço no jornal da Faculdade. Realiza a Campanha pelo Desarmamento nas escolas, promove a formação de novos membros e revende os produtos da cooperativa do assentamento para a cooperativa da Faculdade de Teologia. Participa do Comitê da Reforma Agrária e de campanhas diversas em favor dos acampados em Capela de Santana. Recentemente, o grupo adquiriu chácara para formação dos militantes e conseguiu um empréstimo para a compra de um transporte para a cooperativa do assentamento da Fazenda Etel.



Internacional de Resistentes à Guerra

A Internacional da Resistência à Guerra (IRG) é uma rede de pacifistas e ativistas não-violentos de todos os continentes. Seu fim é eliminar a guerra e suas causas. Fundada em 1921 baseia-se na declaração que faz cada um de seus membros: "A guerra é um crime contra a humanidade. Por isso, me comprometo a não colaborar com nenhuma guerra e lutar pela abolição de todas as suas causas."

Pela primeira vez a Internacional realiza uma assembleia na América Latina. O ponto crucial do encontro será o estabelecimento de novos contatos com organizações não-violentas ou pacifistas, além de reforçar os já existentes.

Segundo Narayan Dasi, ex-presidente da IRG, a principal tarefa da Internacional é "oferecer solidariedade aos países do Sul e educar os países do Norte". A prática de Narayan para o cumprimento deste objetivo foi a realização de treinamentos em não-violência gandhiana. O processo educativo está sendo preparado a partir da pesquisa de experiências de lutas não-violentas realizadas na América Latina. Esta pesquisa servirá para os diversos grupos interessados na educação para a paz e a não-violência.

O Conselho da IRG, composto por 50 membros, representantes de aproximadamente 20 países, esteve reunido durante o mês de julho em Verona, na Itália, para preparar a Assembleia. A Trienal está sendo preparada para acontecer no mês de dezembro de 1994, na cidade de São Leopoldo/RS.

Jovem paraguaio declara-se Objeto de Consciência

No Paraguai o recrutamento para o exército é semelhante a um sequestro. O Exército busca nas ruas os jovens, e os que não apresentarem a Carteira de Identidade são recrutados e levados ao quartel. Os recrutas na maioria dos casos jovens de 15 anos. Suas famílias tentam inutilmente tirá-los do serviço militar, que dura 1 ano.

A seguir o depoimento de Hugo Valiente, 21 anos, estudante de advocacia e um objeção:

"Declarei-me Objeto de Consciência por razões antigas e atuais. Meus primeiros 17 anos de vida coincidiram com a ditadura de Stroessner, com um mundo dividido em blocos e uma ditadura anticomunista. A partir disso comecei a conscientizar-me e a negar qualquer tipo de violência ou estrutura autoritária. Para mim a Objeção de Consciência é a chave da luta para a desmilitarização.

Enquanto o Paraguai seguir militarizado, não teremos um país livre, onde se pratique a verdadeira justiça.

A Objeção de Consciência



é uma estratégia válida de luta porque implica na não colaboração com o sistema militar e também porque situa o objeção num sentido humano como pessoa e oferece alternativa não-violenta de convivência.

Servi voluntariamente o exército com 15 anos, no período de cinco meses e meio aprendendo a matar e experimentando o que é uma lavagem cerebral. Quando percebi o que acontecia, desertei. Estava furioso e impotente. Eu perdia a minha dignidade ou desertava. É muito comum no Paraguai a deserção, assim como

comprar a liberdade (custa aproximadamente 150 dólares) neste sentido é um bom negócio para o exército a venda da exerceção militar.

Contudo, o serviço militar é obrigatório e é uma forma de controlar os jovens. Contrário a isto a Objeção é um instrumento útil e um princípio de luta contra a arrogância, a repressão e o poder militar."

Além disso, Hugo declara ser importante o apoio internacional, com o envio de cartas para pressionar o governo a respeitar a declaração dos Objeto.

Objeção ao Serviço Militar Obrigatório

ARGENTINA

Cinco rapazes argentinos declararam publicamente objeção ao serviço militar, numa coletiva de imprensa em Buenos Aires. A Frente de Oposição ao Serviço Militar Obrigatório (FOSMO) contanto como o apoio e solidariedade do SERPAJ e das mães da Praça de Maio, organizaram os jovens para que fizessem sua declaração

de Objeção por escrito e a entregassem ao Presidente.

Esta é a primeira declaração pública e coletiva feita por objeção de consciência. Os cinco jovens explicaram as razões que os levaram a declarar-se objeção, opondo-se à obrigatoriedade do serviço. Recordaram outras atrocidades cometidas pelo exército argentino e fizeram o chamamento para mais jovens se declararem objeção.



SERPAJ capacita professores em Alfab. de Adultos

O SERPAJ/Pedregal realizou no Pedregal o primeiro Curso de Capacitação em Alfabetização de Jovens e Adultos para Professores da Secretaria Municipal de Educação de Luziânia (GO), no período de 10 a 14 de janeiro passado.

O curso, com a participação de 30 pessoas, contou com uma metodologia que lançou mão de várias técnicas como a utilização de vídeos, textos sobre teorias de Alfabetização e planejamento de Círculos de Cultura, estas tratam-se de alternativas pedagógicas.

O conceito básico de alfabetização que norteou o curso é o que trata este processo como forma de compreender a realidade através da conscientização, não limitando-se às técnicas de aprender a ler e a escrever. Através desta concepção, o alfabetizando deverá ter uma opinião própria sobre o mundo, os fatos e os acontecimentos que o cercam.

Uma das alternativas propostas foi o Círculo de Cultura, que deve ser desenvolvido numa relação de iguais entre alfabetizador e alfabetizando. O Círculo de Cultura pretende quebrar a autoridade que sempre

acompanha os professores por terem acesso ao conhecimento, estabelecendo uma comunicação participativa.

O curso foi resultado do trabalho que vem sendo realizado pelo SERPAJ na área de alfabetização de adultos naquela comunidade que, por sua vez, vem lutando pela implantação de um curso noturno para adultos.

O SERPAJ/Pedregal conseguiu a aprovação do projeto para a realização deste curso junto à Secretaria Municipal de Educação de Luziânia/GO, graças ao trabalho desenvolvido e devido a constante mobilização da população local em prol do direito à alfabetização.

O resultado final deste importante curso foi a criação de 10 novos Círculos de Cultura, que serão iniciados durante o mês de fevereiro, atingindo 10 localidades do Município, coordenadas pelos professores da Rede Municipal de Ensino e supervisionados pela entidade. Além disto, acontece constantemente novas reuniões de avaliação e planejamento da atividade de capacitação e de Alfabetização.



Educação para a paz Uma contribuição na transformação social

Trabalho com alunos de 5ª a 8ª série, no município de Maracanã/CE. Durante o ano de 1993 desenvolvi diversos assuntos atuais com os alunos como violência, não-violência, desarmamento e relacionamento humano.

Em relação à violência, o objetivo foi despertar no aluno a consciência de que a mesma é de origem social e levá-lo a questionar as causas e as consequências da violência.

Sobre a não-violência, utilizando textos e

depoimentos, aprofundamos a importância de vivê-la através do amor, da união, dos trabalhos comunitários, dos movimentos sindicais e da participação política. O diálogo, a afetividade e o respeito são pontos importantes para a convivência na escola, no trabalho, na comunidade, etc.

Os alunos manifestam interesse e desempenho pelos assuntos. E perguntam-se: há possibilidades de crescimento de um país, sem armas? Que

prejuízos poderão trazer para as crianças os brinquedos bélicos? Por que a violência é crescente em nosso país? O que poderemos fazer para construir a paz em nossa sociedade?

Estes são alguns exemplos de questionamentos dos alunos. Espero que isto contribua com o crescimento da transformação social tanto reivindicada por todos aqueles que acreditam na Paz e na Justiça.

Margarida Maria Magalhães

CONVIVÊNCIA

Conviver é respeitar e difícil de aprender. Conviver é doar, e difícil de compreender. Que os outros têm uma vida, e deve-se respeitar. Que os outros têm sonhos e juntos sonhar.

Convivência é amizade, companheirismo. Não é o caos, é o ANARQUISMO.

Lito

VIII Encontro Nacional de Direitos Humanos

Aconteceu o VIII Encontro Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), de 24 a 29 de janeiro em Salvador/BA. Com o tema principal CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS RUMO AO SÉCULO XXI, este encontro procurou apontar perspectivas para a resolução dos novos desafios que o final do século XX estará trazendo ao MNDH e aos Direitos Humanos em si.

Chegou-se a conclusão de que a simples denúncia e o acompanhamento de casos já não bastam. Exemplo disto é o crescimento da violência contra a criança. Além disso não se pode ficar impassível perante a campanha feita pela mídia contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, que deturpa os princípios desta lei. Ao lado disto, encontramos um sistema judiciário extremamente conservador.

Neste contexto, a educação para a cidadania ganha uma importância capital no fortalecimento da nossa frágil democracia. Há a necessidade de que o movimento amplie a luta pela VIDA e de que se posicione firmemente diante da realidade.

Essa educação será a busca da utopia e da esperança de uma sociedade justa e solidária, além de um processo de humanização. Os direitos da criança e do adolescente e a integração campo/cidade



devem ser destaques deste trabalho.

A luta contra a impunidade, a desmilitarização da polícia, a influência na elaboração das políticas públicas (saúde, medicina alternativa, saneamento básico, moradia, aids etc), o controle transparente do judiciário apresentam-se como meios para que se

atinga a democracia plena.

ORGANIZAÇÃO DO MNDH

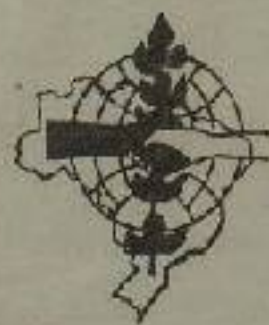
Os trabalhos do MNDH organizam-se e articulam-se através de ações e em situações concretas de cada região, estado, município, por meio de centros, comissões e entidades afins, que de forma geral lutam pelos direitos humanos de:

crianças e adolescentes, prostitutas, sem terra (urbano e rural). A entidade também luta por moradia e denuncia o problema da fome, da miséria e de situações de discriminações contra negros, mulheres, índios etc.

Para garantir esses direitos, o MNDH atua na luta contra a impunidade, por meio de assessorias e de intervenções jurídicas, políticas e sociais, principalmente, contra a violência institucional; iniciando uma interferência nas políticas públicas através de comitês, de comissões, de fóruns e de conselhos municipais, estaduais, entre outros.

Tais trabalhos são implementados através de suas assessorias política, pedagógica, jurídica urbana e rural, que também atuam nos órgãos governamentais e nos conselhos e fóruns de lutas sociais e políticas públicas.

A entidade desenvolve trabalhos de divulgação, de formação interna e externa, renovação de quadros, cursos para agentes jurídicos; oficinas, formação de grupos de teatro, seminários, monitoria, assembleias, caravanas (pela reforma agrária e contra a impunidade), campanhas e ações contra a violência e impunidade institucionalizada, judiciária (urbana e rural).



SERPAJ/BRASIL
SDS - Ed. Venâncio V
SALA 313
70393-900 - BRASÍLIA/DF
Telefax: 061 225 8738

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Norberto Chacín, Ângela Stanguerlin, Fátima Moura, Maria da Gália Nascimento, Saul Pereira Marinho, Giselda Coelho Pereira, Janete Lopes de Souza, Eulálio Costano de Oliveira, Sílvia Berner, Raimundo Galisto da Silva, Rita de Cássia, Diana de Oliveira, Tone Dias, José Inácio Souza, Euzélio Melo dos Santos, Maria da Penha Félix, Maria da Maria Magalhães e Ieda Cavalcante.

APOIO: AEC do Brasil

O SERPAJ/Brasil é membro do SERPAJ/América Latina, Organismo Consultivo da ONU, Status II do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e mantém relações com a UNESCO (Categoria C).



JUAN DW - C/O SERPAJ
PIEDRAS, 730
1070 BUENOS AIRES
ARGENTINA